



PROCESSO	1095848/2020
INTERESSADO	LUCAS GUSTAVO ANGHINONI
ASSUNTO	SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE DE REGISTROS PROFISSIONAIS DIPLOMADOS NO PAÍS
DELIBERAÇÃO PLENÁRIA <i>AD REFERENDUM</i> Nº 06/2020	

Defere a solicitação de registro profissional nos moldes da Resolução CAU/BR nº 18/2012 e Resolução CAU/BR nº 160/2018

O Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (CAU/MT), no uso das competências que lhe conferem a Lei 12.378/2010 o art. 151, incisos I, II e XXXI do Regimento Interno do CAU/MT, de 09 de fevereiro de 2019; e

Considerando a solicitação do requerente, no qual requer “urgência na análise de documentos, que segundo a servidora Yasmine, está prevista para o dia 29/05/2020”, tendo em vista que, participa “de um processo seletivo de mestrado no exterior” que exige comprovação que o diploma dá direito ao exercício da profissão de arquiteto e urbanista, por se tratar de um processo no exterior, exigem tal comprovação e assim sendo, necessita emitir a declaração de registro no site do CAU.

Considerando que o requerente apresentou solicitação e comprovação das informações, em especial a comprovação de seleção e admissão (Architectue Landscape Archaeology Erasmus + Joint Master – www.masterala.eu).

Considerando que, quando apresentado o diploma, o registro será realizado em caráter definitivo; quando apresentado o certificado de conclusão de curso no requerimento de registro profissional, o registro será feito em caráter provisório com validade máxima de um ano a partir da data de colação de grau, conforme determina o art. 5º, § 1º da Resolução CAU/BR n. 160/2018; e que a prorrogação de registro será concedida por até um ano, sequencial ao período inicial, mediante requerimento do interessado, a ser firmado por meio de formulário próprio disponível no SICCAU, apresentando justificativa para a não apresentação do diploma de graduação, conforme determina o art 5º, § 2º da Resolução CAU/BR n. 160/2018.

Considerando que o art. 7º da Resolução CAU/BR n. 18/2012 dispõe: “Art. 7º Apresentado o requerimento de registro profissional devidamente instruído, o processo digital será encaminhado à Comissão Permanente de Ensino e Formação Profissional do CAU/UF para apreciação.”



Considerando que para registro no CAU, o profissional diplomado no País, brasileiro ou estrangeiro portador de visto permanente, deve instruir a solicitação com os seguintes documentos, conforme Resolução CAU/BR nº 18/2012:

“1º O requerimento de registro deve ser instruído com arquivos digitais dos seguintes documentos:

a) diploma de graduação ou certificado de conclusão em curso de Arquitetura e Urbanismo, obtido em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida pelo poder público;

b) histórico escolar do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo;

c) carteira de identidade civil ou cédula de identidade de estrangeiro com indicação da obtenção de visto permanente no País, expedida na forma da lei;

d) prova de regularidade com a Justiça Eleitoral, quando brasileiro; e

e) prova de regularidade com o serviço militar, nos termos da lei, quando brasileiro do sexo masculino.”

Considerando que o profissional atende os critérios estabelecidos na Resolução CAU/BR nº 18/2012.

Considerando que o ato ad referendum é instituído para resolver casos em regime urgência e que o profissional solicita análise do seu registro em regime de urgência, conforme motivos supracitados com provas.

Considerando que compete ao Plenário do CAU/MT, apreciar e deliberar sobre matérias aprovadas ad referendum pelo presidente, na reunião plenária subsequente à publicação dos atos, conforme art. 29, inciso XLIV do Regimento Interno do CAU/MT.

DELIBEROU:

1. Deferir o processo de registro do profissional Lucas Gustavo Anghinoni, CPF sob nº 002.371.271-64.
2. Encaminhar a referida Deliberação ad referendum N° 06/2020 para apreciação e deliberação do Plenário do CAU/MT.



3. Esta deliberação entra em vigor na data da assinatura.

Cuiabá, 12 de maio de 2020.

André Nör
Presidente do CAU/MT